

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1540711 - PE (2015/0156043-3)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : WALTER DE MOURA AGRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADOS : MARINA RODRIGUES DA CUNHA BARRETO
VIANNA - DF027722
MARÍLIA DE LOURDES LIMA DOS SANTOS E
OUTRO(S) - PE027916

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MULTA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, II DO CPC/1973. FUNDAMENTO SUFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. INVERSÃO DO JULGADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. AGRAVO INTERNO DO ENTE ESTADUAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

2. Inexiste a alegada violação do art. 535, II do CPC/1973, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, conforme se depreende da análise do acórdão recorrido. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

3. Quanto ao mérito, observa-se que o Recurso não combate o fundamento suficiente do aresto recorrido, qual seja, a licitude da conduta adotada pela parte agravada, que agiu em conformidade com a legislação de regência do serviço postal (fls. 185). O trecho do Apelo Nobre indicado pela parte agravante (fls. 235 e seguintes) não trata especificamente do tema, pois discorre, de forma genérica, sobre o poder e critérios de imposição da multa, mas sem atacar de forma precisa a motivação do acórdão recorrido quanto à regularidade da conduta da parte agravada.

4. Inafastável, assim, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual *é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o Recurso não abrange todos eles*.

5. Ainda que houvesse alguma impugnação neste sentido, a modificação das conclusões do acórdão recorrido exigiria o reexame do

6. Agravo Interno do Ente Estadual a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

